



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL  
COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO

ATA DE REUNIÃO

9ª REUNIÃO PLENÁRIA

1. DAS INFORMAÇÕES INICIAIS

| EVENTO              | TIPO      | SETOR EMITENTE                | DATA / HORA     | LOCAL   |
|---------------------|-----------|-------------------------------|-----------------|---|
| 9ª Reunião Plenária | ORDINÁRIA | Secretaria-Executiva do CDPNB | 20JUN2024 / 15h | Sala 97 do 4º Andar do Palácio do Planalto, Brasília/DF |

2. DO INSTRUMENTO DE CONVOCAÇÃO

Ofício Circular nº 7/2024/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 29 de abril de 2024, complementado pelo Ofício Circular nº 11/2024/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 13 de junho de 2024, e pelo Ofício Circular nº 14/2024/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 14 de junho de 2024, encaminhados para: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério do Planejamento e Orçamento; Comando da Marinha; Secretaria Naval de Segurança Nuclear e Qualidade; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Amazônia Azul Tecnologias de Defesa; Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional; Eletronuclear e Indústrias Nucleares do Brasil, e dos Ofícios nº 14/2024/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 29 de abril de 2024, nº 16/2024/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 13 de junho de 2024, e nº 19/2024/CODEN/DCANUC/SAGAE/GSI/PR, de 14 de junho de 2024, encaminhados para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

3. DA PAUTA DA REUNIÃO

- Visita do Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, Sr. Rafael Mariano Grossi, na abertura da reunião;
- a) Atualização sobre o andamento dos trabalhos do Grupo Técnico aprovado na 8ª Reunião Plenária, por meio da Resolução CDPNB nº 29, de 14 de dezembro de 2023:
  - Grupo Técnico (GT-15): atualizar e definir as atividades e ações da Rede de Comunicação Social do Setor Nuclear para os próximos quatro anos;
- b) Alterações na sistemática de criação de Grupos Técnicos, em atenção ao Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024, bem como da Portaria CC/PR nº 704, de 29 de maio de 2024.
- c) Informação sobre a atualização do Decreto nº 9.828/2019, que dispõe sobre o CDPNB;
- d) Proposta de instituição de novo Grupo Técnico:
  - Grupo Técnico (GT-16), com a finalidade de apresentar proposta de estruturação de um comitê gestor permanente, no âmbito do CDPNB, com participação efetiva de órgãos basilares do PNB, como instância intermediária e de monitoramento e acompanhamento das ações, em atendimento ao Acórdão TCU nº 898/2024;
- e) Atualizações sobre as ações decorrentes dos trabalhos desenvolvidos no âmbito de grupos técnicos do CDPNB:
  - Status de evolução do licenciamento nuclear e ambiental, para início das obras do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), conduzido pelo MCTI;
  - Status sobre a efetivação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), em atenção ao Acórdão TCU nº 240/2024, conduzido pelo MME; e
  - Status da decisão adotada sobre o processo de escolha do terreno a ser implantado o Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (CENTENA), acompanhada do acordo celebrado com o Exército Brasileiro sobre a utilização do terreno da União ou da declaração de utilidade pública, em atenção ao Acórdão TCU nº 898/2024, a ser conduzido pelo MCTI.

4. DOS PARTICIPANTES

| ÓRGÃO   | NOME                                | CARGO / FUNÇÃO   |
|---|-------------------------------------|--|
| Gabinete de Segurança Institucional (GSI)             | MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS     | Ministro (Coordenador)   |
| Gabinete de Segurança Institucional (GSI)             | Gen Div IVAN DE SOUZA CORRÊA FILHO  | Secretário-Executivo   |
| Gabinete de Segurança Institucional (GSI)             | C Alte FRANCISCO ANDRÉ BARROS CONDE | Secretário-Executivo do CDPNB  |
| Casa Civil (CC)                                       | ROBERTO NAMI GARIBE FILHO           | Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento |
| Ministério da Defesa (MD) /<br>Marinha do Brasil (MB) | Alte Esq MARCOS SAMPAIO OLSEN*      | Comandante da Marinha  |

|  |  |  |
|--|--|--|
| Ministério das Relações Exteriores (MRE)                                     | Embaixador CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY          | Secretário de Assuntos Multilaterais Políticos   |
| Ministério das Relações Exteriores (MRE)                                     | Embaixadora CLÁUDIA VIEIRA SANTOS*                 | Representante Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica  |
| Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)                                  | VIRGINIA ARANTES FERREIRA CARPI                    | Secretária-Adjunta Substituta da Secretaria de Defesa Agropecuária   |
| Ministério da Educação (MEC)   | MAURÍCIO HOLANDA MAIA                              | Secretário de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino  |
| Ministério da Saúde (MS)   | Não enviou representantes                          | N/A  |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)         | ADRIANO MACEDO RAMOS                               | Coordenador-Geral de Indústrias Aeroespaciais, Defesa e Nuclear  |
| Ministério de Minas e Energia (MME)  | THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA                | Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento   |
| Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)                                 | Não enviou representantes                          | N/A  |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)                          | FRANCISCO RONDINELLI JUNIOR                        | Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear   |
| Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)                         | MARCOS ESTEVAN DEL PRETTE                          | Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental |
| Marinha do Brasil (MB)   | Alte Esq ALEXANDRE RABELLO DE FARIA                | Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico   |
| Marinha do Brasil (MB)   | Alte Esq (RM1) PETRONIO AUGUSTO SIQUEIRA DE AGUIAR | Secretário Naval de Segurança Nuclear e Qualidade  |
| Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul)                                 | V Alte (RM1) NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO          | Diretor-Presidente   |
| Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) | LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS                        | Diretor-Presidente   |
| Eletronuclear  | ANDRÉ LUIZ RODRIGUES OSÓRIO                        | Chefe de Gabinete  |
| Indústrias Nucleares do Brasil (INB)   | ADAUTO SEIXAS                                      | Presidente   |

\*Participou da cerimônia de abertura

## 5. DOS ASSUNTOS TRATADOS

O Coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), General de Exército Marcos Antonio Amaro dos Santos, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, deu início à 9ª Reunião Plenária, às quinze horas e dez minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e quatro, dando as boas-vindas aos membros integrantes, representantes e convidados do Comitê, conforme previsto no art. 7º do Regimento Interno do Comitê.

Em suas palavras de abertura, o Ministro Amaro cumprimentou as autoridades presentes, e em particular, o Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Mariano Grossi, pela sua visita ao Brasil, que inclui uma série de reuniões com Ministros de Estado e componentes do Comitê, reforçando o compromisso da AIEA em apoiar o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (PNB), e seus diversos projetos e vertentes. Ressaltou que ao longo dos últimos sete anos, o CDPNB tem se mostrado ferramenta essencial para a implantação de importantes ações para o setor nuclear, reunindo ministérios, organizações, autarquias, empresas públicas e associações para lidar com questões que necessitam de atuação sinérgica, a fim de realizar ações e superar obstáculos ao desenvolvimento do PNB. Citou como exemplo de fruto do Comitê a Política Nuclear Brasileira, que hoje serve como referência e base para reestruturação do setor nuclear Brasileiro. Destacou a relevância dos trabalhos e ações desenvolvidas pelo CDPNB para o desenvolvimento do setor nuclear; a integração interministerial para o alcance de metas e projetos do PNB transversais aos diversos setores do Governo Federal; o cenário geopolítico atual e o incentivo à matriz nuclear para mitigar os efeitos das mudanças climáticas mundialmente, as tendências globais no campo nuclear e o potencial brasileiro para se estabelecer como ator relevante e respeitado nesse cenário. Mencionou, ainda, o fato de o Brasil ser um dos membros fundadores da AIEA e destacou o papel da referida Agência no sentido de promover as utilizações pacíficas da energia nuclear, a não-proliferação, desarmamento e a segurança nuclear. Por fim, informou que há intenção de se propor atualização da estrutura de instâncias e da atualização do colegiado, por meio da revisão do Decreto 9.828, de 10 de junho de 2019. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Rafael Mariano Grossi, Diretor-Geral da AIEA.

O DG Grossi teceu cumprimentos às autoridades presentes, e enfatizou que o convite recebido por ele é um exemplo do comprometimento do setor nuclear brasileiro não apenas com a comunidade internacional, mas também com o próprio povo brasileiro. Esclareceu que é um momento de

dificuldades no plano internacional, mas que conjuga grandes oportunidades, e o setor nuclear brasileiro pode aproveitar essas oportunidades, por meio das capacidades tecnológicas do País e de sua decisão de firmar o setor nuclear como um setor estratégico, não apenas no sentido político, mas também ligado ao desenvolvimento econômico do Brasil e da América da Sul, tendo em vista o tamanho e a capacidade de projeção nacional. Colocou a AIEA como um parceiro no desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro. Por fim, agradeceu aos presentes.

O Ministro Amaro agradeceu ao DG Grossi pelas palavras e informou que o DG Grossi iria, em seguida, realizar um pronunciamento à imprensa. Realizou a entrega de um presente ao DG Grossi. Na sequência, conduziu o DG Grossi para a área externa da sala de reunião, juntamente com a Embaixadora Claudia Santos e o Comandante da Marinha, Alte Esq Olsen. Enquanto o Ministro Amaro esteve fora da sala de reunião, o Secretário-Executivo, Gen Div Corrêa Filho, conduziu os trabalhos.

Dando sequência à pauta da reunião, conforme o regimento interno do Comitê, o Gen Div Corrêa Filho realizou a verificação do quórum, o qual já tendo se passado quinze minutos desde o início previsto para a reunião, seguiu com o quórum dos presentes. Passou então ao item seguinte, relativo à aprovação da pauta, com a qual todos os participantes concordaram, em unanimidade.

Na sequência, o Gen Div Corrêa Filho passou a palavra ao Secretário-Executivo do CDPNB, Contra-Almirante Francisco André Barros Conde, que realizou a apresentação dos assuntos pautados para a reunião, descritos a seguir:

**a) Histórico das atividades do CPDNB;**

**b) Atualização do GT-15, em andamento:** o C Alte André Conde informou aos presentes sobre o processo de revisão do Plano Estratégico de Comunicação Social para o Setor Nuclear, incluindo a separação de um extrato de caráter ostensivo para ampla divulgação, suprimindo informações sensíveis do setor (matriz SWOT) do Plano Estratégico Interno, que será de caráter reservado. Apresentou, ainda, o cronograma das reuniões do GT e informou da percepção da necessidade de mais tempo para concluir a elaboração da estratégia e das orientações aos membros. O Gen Div Corrêa Filho, então, colocou para deliberação dos participantes a proposta de prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos do GT-15 por mais 90 (noventa) dias, a contar de 1º de agosto de 2024, o que foi aprovado em unanimidade pelos membros.

**c) Informação sobre a atualização do Decreto nº 9828/2019:** o C Alte André Conde informou aos participantes sobre a futura proposta de atualização do referido Decreto, tendo em vista a nova organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, em termos de estrutura e de nomenclatura ministerial, bem como da própria nova estrutura do GSI/PR, pela extinção da Secretaria de Coordenação de Sistemas e criação da Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos. Foi, ainda, comentada a necessidade de serem feitas outras mudanças quanto à criação de novo colegiado, e desta forma, a atualização do Decreto seria feita a posteriori, pois será, ainda, deliberada a criação de instância intermediária, a ser detalhada a seguir.

**d) Proposta de criação de Grupo Técnico:** O C Alte André Conde apresentou a proposta de se instituir um comitê gestor permanente, intermediário entre a Plenária do CDPNB e os Grupos Técnicos, visando um melhor acompanhamento e governança dos projetos e ações do setor nuclear, inclusive atendendo a recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse sentido, expôs proposta de estruturação de um Grupo Técnico, para estruturar o comitê intermediário, o qual terá como competência a supervisão e proposição ao Plenário do CDPNB de atos normativos que sistematizem as atividades do Programa Nuclear Brasileiro, incluindo, possivelmente, a elaboração de uma estratégia para a governança do setor. Em seguida, o Ministro Amaro colocou à deliberação da Plenária a proposta, enfatizando que a mesma encontra similaridade com outros comitês similares, como o de segurança cibernética e o de desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro. Nesse sentido, o Dr. Francisco Rondinelli solicitou a palavra e reforçou entendimento de que a deliberação é sobre a criação de um GT para estudar a criação de um comitê permanente, e que avaliará as propostas para elaboração e supervisão da referida estratégia, e não a criação de subcolegiado para elaboração da estratégia propriamente dita. Informou que o mesmo tema está sendo discutido em outros fóruns (5ª Conferência de Ciência e Tecnologia) e que haverá muitos subsídios importantes para as discussões do futuro GT. Nesses termos, manifestou concordância quanto à criação do GT. Sugeriu, ainda, que o "Programa Nuclear Brasileiro" possa ter sigla diferente de PNB, por exemplo, PrNB, para não confundir com a Política Nuclear Brasileira (PNB). O representante do MME, Sr. Thiago Barral, manifestou concordância com a proposta do GT e sugeriu a participação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) como convidada no futuro grupo, o que foi aceito pelos participantes. Os demais membros não manifestaram óbices. Portanto, a criação do GT foi considerada aprovada;

**e) Atualização de ações de GTs em acompanhamento:**

*Status de evolução do licenciamento nuclear e ambiental para início das obras do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) – Slides 30 a 39 da Apresentação da Reunião*

O Sr. Francisco Rondinelli, representante do MCTI, atualizou os Membros do CDPNB sobre o status do licenciamento nuclear e ambiental, bem como do desenvolvimento do projeto do RMB, conforme informações contidas na apresentação em anexo e descritas abaixo:

· Cronograma contendo as Fases de Implantação, considerando ajustes de prazos de entrega devido a contingência de orçamento em anos anteriores;

· Protejo Detalhado do Reator finalizado, com parceria da empresa argentina INVAP (Investigaciones Aplicadas SA) e da Amazul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.);

· Fase atual: Contratação de empresa para desenvolvimento do Projeto Detalhado do Laboratório de Processamento de Radioisótopos;

· Previsão de que sejam iniciadas ainda em 2024 as intervenções físicas no terreno, como a construção de uma ponte para acesso físico ao platô, terraplanagem e arruamento do empreendimento;

· **Licenciamento Nuclear:** O Projeto possui Aprovação de Local emitida pela DRS/CNEN, em 2015, tendo sido submetido na sequência, para avaliação da área regulatória, o Relatório Preliminar de Análise de Segurança (RPAS), em 2018, para obtenção da Licença de Construção (estágio atual). Em agosto de 2019, houve o início da Emissão das Pareceres Técnicos da DRS/CNEN sobre o RPAS. Em março de 2021, a Coordenação Técnica do empreendimento emitiu Memórias Técnicas complementares em resposta às exigências da DRS/CNEN;

· Na imagem do Plano Diretor, foi indicada a área do Núcleo de Produção e Pesquisa, a qual é submetida efetivamente ao Licenciamento Nuclear;

· **Escopo do Processo de Licenciamento Nuclear:** Foram apresentados os estágios individuais de licenciamento de cada prédio do Núcleo de Produção e Pesquisa. *Escopo Atual* - Processos em análise e Relatórios já submetidos à autoridade regulatória: N01 Prédio do Reator; N02 Prédio das Guias de Nêutrons; N03 Prédio da Estocagem de Combustíveis Queimados e Manuseio de Itens; N07 Prédio de Suporte à Operação; N09 Torre de Resfriamento; N11 Prédio da Cabine Primária CP-01; N12 Prédio da Cabine Primária CP-02; N16 Prédio dos Sistemas Auxiliares; N17- Galeria de Cabos. *Escopo Intermediário* – Documentação complementar que está sendo agregada ao processo atual: N06 Prédio do Laboratório de Radioquímica (LARA). *Escopos Futuros* – Processos de licenciamento que ainda serão submetidos à DRS/CNEN: N04 Prédio de Processamento de Radioisótopos e Produção de Fontes; N05 Prédio do Laboratório de Análise de Materiais Irrradiados (LAMII); N10 Prédio de Tratamento e Estocagem de Rejeitos;

· **Licenciamento Ambiental:** O Projeto possui a Licença Prévia emitida pelo IBAMA em julho de 2015, e a Licença de Instalação, emitida em novembro de 2019, válida por 6 anos. Desse modo, o licenciamento ambiental está um estágio a frente do licenciamento nuclear, em termos comparativos;

· Segundo o Presidente da CNEN, o projeto está com o cronograma em dia, em termos de licenciamento, para início da construção dos edifícios componentes do RMB. Informou, ainda, que o RMB foi incluído no PAC, tendo recursos financeiros previstos para as fases subsequentes. Segundo informou, o prazo para início da operação está previsto para 5 anos, a partir de 2025, quando se espera obter a Licença de Construção;

· Foi apresentado vídeo institucional sobre o Projeto RMB;

· Por fim, destacou a cooperação e apoio contínuo da Amazul aos serviços e contratações de Engenharia e para gerenciamento do projeto. Informou, ainda, que está sendo contratada a Tractebel, empresa belga que está realizando serviço de planejamento de execução do reator holandês dessa natureza, para assessorar o planejamento de execução das ações dentro do sítio RMB.

*Status da decisão adotada sobre o processo de escolha do terreno a ser implantado o Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (CENTENA) – Slides 40 a 49 da Apresentação da Reunião*

O Sr. Francisco Rondinelli, representante do MCTI, atualizou os Membros do CDPNB sobre o status do processo de escolha do terreno a ser implantado o Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (CENTENA), conforme informações contidas na apresentação em anexo e descritas abaixo:

· Informou que o CENTENA se trata de um projeto de superfície, na qual serão construídos *bunkers* para armazenamento definitivo dos rejeitos radioativos de baixo e médio nível de radiação gerados no País;

· Custo total do projeto: Cerca de R\$300 milhões (em atualização);

· Recursos empregados (até março/22): R\$ 2,9 milhões;

· O processo de seleção de local, conduzido pela Coordenação Técnica do Projeto em atendimento às normas da DRS/CNEN, apontou cinco locais candidatos para construção do empreendimento, com base em critérios de exclusão, os quais estão localizados em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro;

· Prazo estimado de conclusão: Cinco anos, sendo 2 anos de licenciamento inicial, e 3/4 anos de efetiva construção. Sendo assim, espera-se que 2029 o empreendimento esteja prontificado para recepção dos rejeitos radioativos gerados, o que coincide com o prazo para esgotamento do limite de armazenamento dos depósitos intermediários de Angra 1 e Angra 2, e da previsão de entrada em operação de Angra 3;

· O Local Preferencial, onde provavelmente será construído o empreendimento, deverá ter o seu processo de licenciamento nuclear e ambiental iniciado após a homologação do local escolhido pelos entes responsáveis;

· Dentre os impactos positivos que poderão ser gerados com a construção e operação do repositório, foi destacado: geração de empregos diretos e indiretos; melhorias na infraestrutura, sendo necessário apoio de outros atores, como Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes, Ministério de Minas e Energia, dentre outros; pagamento de *royalties*, como ocorre no repositório de Abadia de Goiás; aquecimento da economia nos setores de serviços; reconhecimento da cidade em nível nacional e internacional; estabelecimento de Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nacional na área de rejeitos radioativos; estabelecimento de Centro de Informação e do Conhecimento para realização de palestras, congressos, cursos e eventos em geral; parcerias com outros institutos, centros de pesquisa, empresas, universidades e fundações de apoio;

· Foi apresentado vídeo institucional sobre com a maquete virtual do projeto básico e modo de operação do CENTENA;

· Segundo informou, a primeiro bunker a ser construído no CENTENA será capaz de acomodar todo o rejeito radioativo de baixo e médio nível de radiação atualmente existentes nos depósitos de Angra 1, Angra 2 e institutos da CNEN. Além disso, existe uma área prevista para mais 4 (quatro) *bunkers* dessa natureza;

· O Secretário Naval de Segurança Nuclear e Qualidade, Alte Esq (RM1) Petronio, questionou sobre o processo de elaboração do projeto do CENTENA.

· Em resposta, o Sr Rondinelli informou que a CNEN elaborou o projeto conceitual, e contratou a ANDRA, empresa estatal francesa para elaboração do projeto básico. No momento, a CNEN está contratando a Amazul para apoiar a elaboração do Projeto Detalhado.

*Status sobre a efetivação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) – Slides 50 e 51 da Apresentação da Reunião*

· O Sr. Thiago Barral, representante do MME, apresentou histórico sobre a separação das funções de regulação e fiscalização das de fomento da CNEN, por meio do estabelecimento da ANSN, decorrente da Lei nº 14.222/2021, bem como o fluxo do processo com as atividades necessárias para a implementação do órgão regulador nuclear.

· Sr. Thiago Barral informou que, no atual momento, o Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, está pessoalmente envolvido e dedicado na indicação da Diretoria da futura autoridade, de forma a se obter as condições mínimas para estruturação do novo órgão. Informou que o mesmo tem realizado conversas com o próprio Presidente, para definição do(a) indicado(a) mais adequado(a) para o cargo de Diretor-Presidente dessa autarquia.

· O Sr. Francisco Rondinelli, representante do MCTI, complementou as informações apresentadas, alegando que o MCTI, o MME, a CNEN e a CC/PR têm realizado tratativas conjuntas visando atender às determinações e recomendações do Acórdão TCU nº 240/2024. Segundo informou, será constituído um grupo de trabalho para estudar e avaliar as questões relativas ao patrimônio, orçamento e pessoal, tendo em vista a necessidade de se estruturar duas autarquias independentes e sustentáveis. Além disso, relatou ainda que deverá ser publicado em breve autorização de concurso para reposição de pessoal da CNEN, incluído atendimento à área regulatória da organização. De todo modo, o Presidente da CNEN frisou que, mesmo durante esse período de transição, a segurança nuclear e radiológica nunca esteve comprometida, uma vez que a Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear continua conduzindo os processos de licenciamento e inspeções previstos no planejamento da CNEN.

· O Alte Esq Petrônio, Secretário Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (SecNSNQ), agradeceu as informações, porém ressaltou que, a princípio, a criação desse grupo de trabalho não seria premissa para a indicação do Diretor-Presidente da ANSN. O Sr. Rondinelli ratificou o entendimento, informando que a indicação do Diretor-Presidente é de competência do MME, sendo que os trabalhos do grupo de trabalho ocorriam paralelamente, visando planejar e estruturar a separação patrimonial, orçamentária e pessoal desses órgãos.

· O Alte Esq Rabello, Diretor-Geral da DGDNTM, pontuou ainda que a separação reflete o atendimento a tratados internacionais e segue as melhores práticas adotadas mundialmente para garantia independente da segurança nuclear e radiológica das instalações, tal como foi executado pela Marinha do Brasil, com a separação das funções de regulação da DGDNTM, e a criação da SecNSNQ.

#### **d) 10ª Reunião Plenária do CDPNB:**

· Foi reiterada a data da 10ª Reunião Plenária prevista para 21 de novembro de 2024. Oportunamente, serão encaminhados os Ofícios com a pauta e informações para as reuniões preparatória e Plenária.

· O Alte Esq Petrônio, representante da SecNSNQ, questionou quanto ao início dos trabalhos do GT-16, recém aprovado. O C Alte André Conde, Secretário-Executivo do CDPNB, informou que a primeira reunião desse GT está prevista para ocorrer em meados de agosto, após a publicação da Resolução de instituição do grupo técnico e a Portaria de designação dos membros.

· O Sr. Adriano Macedo, representante do MDIC, questionou qual a previsão de publicação de alteração do Decreto nº 9.828/2019, tendo em vista reforma da composição do colegiado. O C Alte André Conde informou que, após consulta junto à SAJ e tendo em vista os resultados dos trabalhos do GT-16, alteração será feita em oportunidade única, considerando as alterações já previstas anteriormente quanto à composição à função de Secretaria-Executiva do Comitê, como também a instituição de um comitê gestor permanente como instância intermediária do CDPNB.

#### **e) Palavra Aberta aos Membros e Convidados**

Após as apresentações de cada item da pauta, foi aberta a palavra para as considerações dos representantes presentes.

· O Coordenador do CDPNB ofertou o uso da palavra aos membros e convidados presentes.

· O Sr. Maurício Holanda Maia, representante do MEC, agradeceu o convite para participar da reunião e salientou que, a seu ver, a instituição mais adequada ligada ao Ministério a estar presente na oportunidade seria a CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), uma vez que é a instituição ligada ao incentivo à pesquisa e aos programas de graduação e pós-graduação. Informou que relatará as observações durante reunião interna do Ministério para eventuais ajustes na indicação dos suplentes da Ministra.

· O Sr. Francisco Rondinelli, representante do MCTI, agradeceu o convite do Ministro do GSI/PR e as palavras proferidas imediatamente antes pelo Sr. Maurício Holanda, informando que a CAPES é, de fato, uma instituição relevante para o setor, tendo em vista o apoio e financiamento concedidos aos pesquisadores e institutos do PNB, e que poderia ser eventualmente convidada para as discussões no âmbito do Comitê. O C Alte André Conde relembrou ainda que o MEC é um ator fundamental para os trabalhos da Rede de Comunicação Social do Setor Nuclear (GT-15), considerando a difusão dos benefícios dessa tecnologia em todos os níveis escolares.

· O Alte Esq Rabello, representante da MB, destacou que a região do Centro Experimental de Aramar está se consolidando como sítio de pesquisa de altíssimo nível, englobando ainda a região onde está sendo construído o RMB, e muito estratégico para o País. Isso poderá envolver um planejamento de longo prazo para vocacionar aquela região para outras necessidades do Estado Brasileiro.

· O Sr. Luis Fernando Paroli, Presidente da ENBPar, parabenizou o CDPNB pela iniciativa da criação de grupo técnico para estruturação de um comitê gestor permanente, considerando que essa proposta propiciará uma nova dinâmica ao acompanhamento das atividades e ações do PNB. Agradeceu ainda o convite de participação no GT às empresas do grupo ENBPar.

· O Sr. André Osório, representante da Eletronuclear, reforçou o compromisso da empresa em colaborar com os trabalhos do CDPNB, tendo participado diretamente em diversos grupos técnicos do Comitê. Relatou ainda que estão sendo conduzidas reuniões e tratativas conjuntamente com a CNEN para avaliar a possibilidade de utilização do Fundo de Descomissionamento (FD) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAB) para financiar a construção do empreendimento CENTENA, como forma de antecipação do recurso destinado a guarda dos rejeitos radioativos das usinas nucleares.

· O Sr. Thiago Barral, representante do MME, agradeceu mais uma vez a oportunidade em participar da reunião Plenária e mencionou alguns pontos de destaque no discurso: a) destacou a presença ilustre do DG-AIEA, Sr Rafael Grossi, ressaltando que o Brasil, na condição de nação presidente do G-20, estabeleceu um grupo de trabalho para tratar de questões relativas à transição energética, e que a AIEA foi convidada pela primeira vez a participar das reuniões desse grupo, a convite do Ministro de Minas e Energia; b) reforçou que, no âmbito dos trabalhos do GT-15, foi feita uma força-tarefa no MME, em parceria com a EPE, sobretudo na compilação de informações para a matriz SWOT, o qual foi enviado para contribuir e agregar para a elaboração do Plano Estratégico de Comunicação Social para o Setor Nuclear; c) informou que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que inclusive conta com a participação do GSI/PR, encontra-se em uma etapa sensível relativa ao encaminhamento para análise e deliberação da tarifa da energia de Angra 3. Reforçou que os membros da CC/PR, ENBPar e Eletronuclear tem se debruçado sobre o assunto e instou os demais membros e convidados a apoiarem o pleito, fundamental para a continuidade do PNB; d) também do âmbito do CNPE, informou que está sendo elaborada a proposta da Política Nacional de Transição Energética (Plante), entendendo que há grande sinergia dessa com a Política Nuclear Brasileira. Participou que a proposta da Plante será encaminhada para comentários dos membros do CNPE.

· O Sr. Adriano Macedo, representante do MDIC, agradeceu o convite ao Ministério para participar da 9ª Reunião Plenária e do Comitê, considerando a nova estrutura governamental. Destacou o atual cenário enfrentado pela sociedade brasileira e os benefícios que a tecnologia nuclear pode trazer ao país em assuntos afetos à descarbonização da economia e a própria transição energética como já mencionado. Reiterou ainda o compromisso do MDIC em apoiar o desenvolvimento industrial e tecnológico do setor nuclear, bem como dos trabalhos do CDPNB. Destaca, ainda, que avalia positivamente a instituição do GT-16, para estruturação do comitê gestor que apoiará na governança do PNB.

· O Sr. Marcos Del Prette, representante do MMA, agradeceu, em nome do Ministério e da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Qualidade Ambiental, a oportunidade de participação nesse importante Comitê para o desenvolvimento do País.

· O Alte Esq Petronio, Secretário Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (SecNSNQ), destacou a criação e a efetiva implantação da SecNSNQ, a partir da Agência Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (AgNSNQ), como órgão regulador naval nuclear responsável por executar a competência exclusiva da Marinha do Brasil em licenciar, regular e fiscalizar plantas nucleares embarcadas, incluindo navios, submarinos e plataformas que operem reatores nucleares nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

· O V Alte Newton, Diretor-Presidente da Amazul, ressaltou que a empresa executa atividades transversais tanto em prol do Programa Nuclear da Marinha (PNM) quanto do PNB, atuando com todos os membros e convidados presentes na reunião. Salientou as capacidades oportunizadas pela empresa em um amplo espectro de atividades no setor nuclear, inclusive, em apoio à produção de radiofármacos, por meio do IPEN, e o fomento ao desenvolvimento de projetos para irradiação de alimentos, ainda pouco utilizada pelo mercado brasileiro. Da mesma forma, ressaltou a importância dos trabalhos da Rede de Comunicação Social para esclarecimento, por exemplo, da população de Santa Quitéria e adjacências, no Ceará, sobre os reais impactos e benefícios da mineração de urânio para a população local. Destacou ainda o alto nível de contratação de engenheiros nucleares pela empresa, mas que, ainda assim, o setor nuclear perde muitos de seus profissionais altamente capacitados para outros setores e mercados, inclusive internacionais.

· O Sr. Adauto Seixas, Presidente da INB, complementou as informações acerca do Projeto Santa Quitéria, informando que, após o início das operações, a unidade será capaz de atender à demanda de Angra 1, 2 e 3, e ainda exportar 1.300ton de U/ano. Salientou a atenção da empresa dada à questão dos rejeitos radioativos gerados e armazenados nas Unidades de Descomissionamento de Caldas (UDC), na Usina de Interlagos (USIN) e na Unidade de Botuxim, informando que a empresa lançou edital de Oferta Pública de Torta II, material radioativo armazenado na UDC.

O Ministro Chefe do GSI/PR e Coordenador do CDPNB, Gen Ex Amaro, finalizou a reunião agradecendo a presença e significativa contribuição de todos para a reunião. Salientou novamente a presença do DG-AIEA, Sr Rafael Grossi, na oportunidade. Destacou que, conforme tem sido divulgado pela imprensa, inclusive pela própria AIEA, todas as manifestações ora aportadas estão alinhadas com o discurso internacional relativo à importância da tecnologia nuclear para o Brasil, e o papel de incentivador deste “sistema nuclear” mundialmente e também no nosso País, considerando a relevância de nosso PNB regionalmente e internacionalmente. Ressalta ainda que o Programa Nuclear Brasileiro não abarca apenas as políticas de geração de energia elétrica, mas também atendimento a áreas como a da saúde, com políticas para expansão da medicina nuclear.

O Ministro Amaro frisou ainda o caráter estratégico do PNB, que promove um arrasto tecnológico e desenvolvimento de diversos outros setores, inclusive para o setor da Defesa, com o desenvolvimento do PROSUB e do projeto do submarino de propulsão nuclear. Além disso, destacou também a mineração de urânio, como parte integrante do PNB, e a importância da finalização de Angra 3, e do domínio da tecnologia relativa ao ciclo do combustível nuclear, em escala industrial e em todas as suas etapas do seu ciclo, conforme dispõe a Política Nuclear Brasileira.

Desse modo, evidenciou a importância de encontros e reuniões frequentes dessa natureza, como a Plenária do CDPNB, como fórum interministerial para apresentação de das necessidades e debater ideias e propostas visando o desenvolvimento do setor.

Ressaltou que o domínio da tecnologia nuclear e do ciclo do combustível nuclear é uma questão de soberania nacional, tendo em vista a busca internacional pela maior gama de fornecedores de equipamentos e materiais, e que o Brasil tem grande capacidade e é um forte candidato a se inserir no rol de países exportadores desses insumos estratégicos.

Conforme reforçado pelo DG-AIEA, salienta, ainda, o papel da comunicação social para todas as vertentes do setor nuclear, de modo a esclarecer a segurança e os benefícios da tecnologia frente a manifestações contrárias de grupos da sociedade. Nesse sentido, o Plano Estratégico de Comunicação Social para o Setor Nuclear será de suma importância para integrar os esforços e alinhar os discursos dos diversos entes do setor.

## 6. MATÉRIAS SUJEITAS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

| Item | MATÉRIA   | DELIBERAÇÃO   |
|------|---|---|
| I    | Prorrogar, por noventa dias, o prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico GT-15 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro instituído pela Resolução CDPNB nº 29, de 14 de dezembro de 2023, a contar a partir de 1º de agosto de 2024.   | O Comitê resolveu, por unanimidade, aprovar a prorrogação do Grupo Técnico no prazo apresentado pelo proponente.  |
| II   | Instituir o Grupo Técnico com o propósito de apresentar proposta de estruturação de um comitê gestor permanente, enquanto instância intermediária entre o Plenário do CDPNB e os Grupos Técnicos, de modo a possibilitar a participação efetiva de órgãos basilares do PNB e o monitoramento e acompanhamento das ações e diretrizes. | O Comitê resolveu, por unanimidade, instituir o Grupo Técnico na forma apresentada pelo proponente, incluindo, eventualmente como instituição convidada a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). |

## 7. DA PRÓXIMA REUNIÃO

**10ª Reunião Plenária:** 21 de novembro de 2024.

## 8. ENCERRAMENTO

Por fim, o Ministro Amaro informou que a Ata seria encaminhada oportunamente aos membros componentes do Comitê, para eventuais contribuições e ratificação. Não havendo mais nada a acrescentar por parte dos mesmos, às dezessete horas e vinte minutos, agradeceu novamente a participação de todos os presentes e deu por encerrada a 9ª Reunião Plenária do CDPNB.

## 9. ASSINATURAS

Brasília/DF, na data da assinatura eletrônica.

Contra-Almirante FRANCISCO ANDRÉ BARROS CONDE  
Secretário-Executivo do CDPNB

MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS  
Coordenador do CDPNB



Documento assinado eletronicamente por **Francisco André Barros Conde, Secretário(a)**, em 12/09/2024, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Amaro dos Santos, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, em 17/09/2024, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5837339** e o código CRC **1E0434B5** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)